



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

### **PORTARIA N. 232 DE 27 DE MAIO DE 2015**

**O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Publica, na forma do anexo, o relatório de gestão fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2015, consoante previsto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FRANCISCO FALCÃO

ANEXO

**Este texto não substitui o publicado no DOU.**

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	845.225.928,20	24.795.271,51	870.021.199,71
Pessoal Ativo	573.374.226,33	23.605.839,27	596.980.065,60
Pessoal Inativo e Pensionistas	271.851.701,87	1.189.432,24	273.041.134,11
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	250.783.061,08	24.795.271,51	275.578.332,59
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	324.885,85	0,00	324.885,85
Despesas de Exercícios Anteriores	8.914.151,56	24.795.271,51	33.709.423,07
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	241.544.023,67	0,00	241.544.023,67
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	594.442.867,12	0,00	594.442.867,12

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			642.507.278.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		0,092519%	0,000000%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,223809%		1.437.989.113,82
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,212619%		1.366.089.658,13
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,201428%		1.294.190.202,44

FONTE: TESOUREIRO GERENCIAL E SIAFI OPERACIONAL - Secretaria de Orçamento e Finanças - 21/05/2015 - 15:31

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Os percentuais aplicados foram alterados conforme Resolução n. 177, de 06 de agosto de 2013, do CNJ.

Nos subtópicos - Pessoal Ativo e Despesas de Exercícios Anteriores - não foi contado o valor de R\$ 1.845.814,83 referente à descentralização da Justiça

Federal (órgão 12000) para pagamento de passivos.

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS  
Diretor-Geral

SERGIO JOSÉ AMÉRICO PEDREIRA

Secretário de Administração

WILSON DE OLIVEIRA BEZERRA

Secretário de Controle Interno

SULAMITA AVELINO CARDOSO MARQUES

Secretária de Orçamento e Finanças

Este texto não substitui o publicado no DOU.